



Neamp

Centro de mídia independente e a campanha pelo voto nulo

Rosemary Segurado

Resumo

O presente artigo analisará a ação política do Centro de Mídia Independente durante as eleições presidenciais de 2006, a partir do debate realizado pelos ativistas e internautas no site.

O Centro de Mídia Independente é uma rede de produtores independentes de mídia que tem por objetivo oferecer informação crítica e alternativa aos grandes meios de comunicação. Trata-se de uma publicação aberta que articula discussões e ações políticas de diversos movimentos sociais.

Abstract

This article will analyze the political action of the Independent Media Center during the Brazilian presidential elections in 2006, based on the debate realized by activists and internauts in the website.

The Independent Media Center is an independent producers. It is an open publication which articulates discussions and political actions of several social movements.

Analisar as relações entre Internet e ação política durante um processo eleitoral não significa somente compreender a atuação dos partidos políticos. É importante ampliarmos o debate eleitoral para as abordagens de outros setores que, de forma singular, participam da dinâmica política das eleições. Nesse sentido, analisamos o debate desenvolvido no site do Centro de Mídia Independente (CMI) durante as eleições presidenciais de 2006 com o objetivo de identificar os temas que ganharam destaque por meio da participação dos internautas.

Durante a campanha presidencial de 2006, foram observadas três questões centrais no site do Centro de Mídia Independente (CMI): a campanha a favor do voto nulo, o questionamento às práticas sociais utilizadas pelos partidos políticos de esquerda e avaliação do governo do presidente Lula. Ao longo da campanha, tanto no primeiro quanto no segundo turno, foi expressivo o conjunto de artigos e de notícias, tanto de ativistas quanto de internautas em geral, em torno dessas questões.



Neamp

Antes de entrarmos no debate desenvolvido pelos ativistas e internautas durante esse período, apresentaremos algumas características da estrutura do site e dos movimentos sociais que se articulam em torno dele. Essa caracterização é importante para compreendermos alguns aspectos das práticas políticas adotadas por seus participantes.

O site do CMI Brasil se define como “uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente”[SM1][1]. Com esse lema, o CMI Brasil busca ser um portal de mídia que objetiva “dar voz à quem não tem voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial”, isso porque, segundo seus organizadores, a mídia tradicional, ligada à grandes corporações, freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais.

O Centro de Mídia Independente do Brasil surgiu no final de 2000, a partir da iniciativa de alguns movimentos sociais articulados em torno da organização do S26 (referente aos protestos globais contra o encontro do Banco Mundial em Praga, ocorridos em vários países, no dia 26 de setembro de 2000). A partir das listas de discussão na internet para a organização dessa manifestação, surgiu a necessidade de criação de um site inspirado nos moldes de organização do Indymedia[2], ou seja, um site de notícias, uma publicação aberta a todos aqueles que quisessem divulgar suas idéias. Desde o início os ativistas ligados ao CMI buscavam uma experiência comunicativa diferenciada, organizada por um grupo de voluntários de forma autônoma e a margem das influências editoriais da grande mídia.

Estrutura e política editorial

A preocupação central dos articuladores do site é abrir um canal de diálogo diferenciado dos meios de comunicação de massa tradicionais, tanto na produção quanto na divulgação de informações. Na prática, trata-se de romper com o paradigma tradicional da comunicação que separa o emissor e o receptor, retomando a comunicação como parte da experiência cotidiana dos indivíduos.



Neamp

Os ativistas ligados ao CMI entendem que a grande imprensa está atrelada aos interesses das elites econômicas, sociais e culturais e por esse motivo atua no sentido de distorcer os fatos e construir interpretações da realidade que favoreçam a manutenção do sistema capitalista, definindo-se como anticapitalistas[3].

Na política editorial do site, o anticapitalismo é um princípio norteador das ações dos novos movimentos e das correntes de pensamento que se opõe à propriedade privada, ao mercado e a política liberal de livre-concorrência. Embora não haja consenso em torno dessa definição, considerando as distintas orientações políticas das correntes que compõem esses movimentos, de maneira geral se busca manter certa coerência entre as práticas sociais e o questionamento aos impactos provocados pelo sistema capitalista na vida humana.

O coletivo editorial do site procura deixar claro que não se trata de uma forma neutra de se veicular informações, mas de uma perspectiva definida e contrária às determinações econômicas, políticas e sociais de um sistema que é por natureza excludente. Qualquer pessoa pode disponibilizar textos, vídeos e imagens, sendo privilegiada a divulgação de material que esteja relacionado à cobertura dos movimentos sociais e dos movimentos de ação direta[4] que se opõem às políticas das elites políticas, econômicas e culturais.

Desta maneira, o site do CMI consegue manter sua política de desfazer a relação emissor-receptor de notícias impostas pela mídia tradicional. O fato de os internautas poderem disponibilizar conteúdos no site, além de criar uma alta interatividade, rara nos meios de informação, faz o site ter o conteúdo que seu público deseja ao mesmo tempo em que seleciona o público pelo tipo de informação que disponibiliza.

A estrutura do site é oferecida como um meio democrático e descentralizado de produzir e difundir informações, além de possibilitar a criação de redes potencializadoras de movimentos de ação direta. Trata-se de exercitar o caráter rizomático dos movimentos, de forma não haja centralização das informações e os indivíduos poderem se conectar a partir de qualquer ponto do site, conforme seus próprios interesses.



Neamp

A internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização, mantendo porém, ao mesmo tempo, um caráter de coordenação e uma capacidade de enfoque dessa mobilização. (CASTELLS, 2003: 277)

A interatividade é uma característica importante do site. Assim, além das ferramentas disponíveis no site para que o usuário navegue sem problemas e tenha acesso a todo o conteúdo, há também a possibilidade de o leitor comentar diretamente cada artigo. Todos os artigos postados têm espaço para comentários dos internautas. Esse recurso faz com que o leitor não seja apenas um receptor de informação, tornando-o capaz de contribuir com o fluxo de informações, comentar e participar de um diálogo, deixando de estar numa posição passiva. Em alguns momentos da campanha eleitoral presidencial de 2006, esse espaço foi palco de debates a respeito dos temas mais polêmicos em torno das candidaturas, questionando não apenas as candidaturas, como também o processo eleitoral no Brasil.

O Centro de Mídia Independente e a Campanha pelo voto nulo

Após o período da chamada “democratização brasileira”, essa foi a primeira vez que houve um movimento em várias partes do país questionando o processo eleitoral e a obrigatoriedade do voto. O site do CMI teve papel fundamental na divulgação das informações sobre as atividades dos comitês regionais da campanha e funcionou como uma espécie de catalisador desse debate, participando ativamente da articulação dos setores do movimento social que expressaram o descontentamento de parte do eleitorado com a democracia representativa.

Embora os resultados oficiais não demonstrem o aumento de votos nulos em relação às eleições anteriores, pode-se verificar uma frequência expressiva de textos que abordavam esse tema, adotando uma postura crítica não somente ao processo eleitoral em curso, mas também em relação à estrutura político-partidária vigente e, principalmente, à obrigatoriedade do voto. Cabe ressaltar que não optamos por realizar uma análise da eficácia da campanha pelo voto nulo; o objetivo central foi analisar a maneira como a internet contribuiu para a articulação em torno desse debate.



Neamp

Por meio de uma crítica contundente expressa nos textos, charges e montagens de fotos e do tom irônico em relação aos partidos políticos e governantes brasileiros, os ativistas dos comitês pelo voto nulo adotaram uma forma irreverente de tratar os principais temas do debate eleitoral, desmistificando a figura do político tradicional. Com o uso abundante de metáforas, ironias e xingamentos, presentes em muitos artigos e notícias postados ou nos comentários, os defensores da desobrigatoriedade do voto utilizaram o site do CMI para registrarem seu protesto.

Outros temas também apareceram com muita frequência nas notícias e artigos, tais como denúncias de corrupção no governo Lula, críticas à política econômica do governo federal e críticas à campanha de Geraldo Alckmin (PSDB). No entanto, no geral, esses temas se apresentaram vinculados diretamente à crítica ao processo eleitoral, à obrigatoriedade do voto e à atuação dos partidos de esquerda brasileiros. A crítica lançada ao PT, ora identificado pelos internautas como partido de centro-direita ora de direita, é uma das mais contundentes e norteia parte significativa das abordagens. Críticas em relação à política econômica do governo Lula também foram frequentes no site, tanto nos artigos e notícias quanto nos comentários.

Chama a atenção a atuação dos movimentos sociais que se manifestaram em torno do site do CMI em relação ao período eleitoral. Todo o debate ocorreu em função do questionamento das instituições políticas tradicionais e, diferentemente da atuação dos movimentos sociais do período da redemocratização, a discussão em torno da pauta de reivindicações desses movimentos aparece relacionada à crítica ao processo eleitoral, que deixou de ser visto como espaço para ampliar o debate político.

Talvez essa seja uma particularidade do atual processo eleitoral brasileiro, a partir do qual é possível observar que os temas de campanha relacionados aos problemas sociais do país aparecem nesse debate de forma diferente daquela que tradicionalmente era utilizada em eleições anteriores. Encontramos em muitos artigos e notícias postados referências de antigos militantes da época da ditadura militar e do período da democratização que fazem indicações à forma como o processo eleitoral era caracterizado por esses setores. As eleições eram espaços da democracia burguesa que deviam ser ocupados pelo movimento social e por todos os setores de esquerda no sentido de pressionar os partidos políticos tradicionais a assumirem um compromisso com as reivindicações populares. A partir dessa perspectiva, conforme



Neamp

análise desses militantes, era possível identificar quais eram os partidos ou candidatos que estavam “ao lado dos interesses da classe trabalhadora” e quais eram aqueles que não tinham um compromisso com a defesa das necessidades dos movimentos sociais.

Esse aspecto nos remete ao tipo de movimento social que se articula em torno do CMI ou que mantém uma relação com o site, o qual passou a ser utilizado como um canal de diálogo para a organização e discussão das ações desses movimentos sociais. Trata-se de movimentos cuja prática política e comunicativa se articula à forma organizativa e que estão fora das instituições dos movimentos sociais tradicionais, como, por exemplo, os sindicatos e as entidades estudantis. Há um questionamento em relação à atuação e à estrutura dos sindicatos, identificadas como reprodutoras da lógica empresarial, hierárquica e piramidal. Nesse sentido, observamos que, durante o processo eleitoral de 2006, a crítica à esquerda tradicional se transformou no centro do debate verificado no site do CMI.

Os ativistas que se manifestaram no CMI durante o processo eleitoral demonstraram claramente que não vêem nas eleições a possibilidade de colocar suas reivindicações em evidência, aspecto claro dos movimentos sociais de períodos anteriores, que, por um lado, utilizavam o processo eleitoral para pressionar os candidatos a se posicionarem sobre suas reivindicações e, por outro, para articular um debate junto à população sobre a importância de votar com consciência, escolhendo os candidatos conforme suas plataformas políticas e relação com os problemas sociais existentes no país.

É necessário lembrar que também existem muitos grupos ou partidos políticos que se identificam com as práticas de esquerda e mantêm uma estrutura organizativa e ideológica característica da chamada “velha esquerda” ou dos movimentos sociais com orientações de ideologias ainda vinculadas ao pensamento e à atuação da esquerda antes da queda do Muro de Berlim, ou seja, antes das profundas transformações sofridas pelo ideário político que norteou, durante todo século XX, a concepção de práticas políticas de parte expressiva dos movimentos de transformação social.

Esses movimentos defendem o princípio da autonomia, do trabalho de base e da combatividade. Entendem que os movimentos sociais devam ser autônomos em relação às instituições burguesas e que deveriam continuar “desafiando a burguesia e o Estado”. Desse



Neamp

modo, seriam os movimentos que, ao se decepcionarem com o processo de burocratização das esquerdas, reafirmariam a necessidade de romper com essas formas de organização social.

Os movimentos que se autodenominam independentes e autônomos estão em consonância com a linha editorial do CMI e defendem o princípio da alternativa anticapitalista e da defesa da ação direta. São os movimentos por ocupação de terras, prédios e terrenos, o movimento pelo passe livre, organização de saques a supermercados, ocupação de órgãos governamentais, rádios e TVs livres, ocupação de fábricas e empresas, entre outros.

duas questões devem ser focalizadas (...) para a análise desses movimentos sociais e relacioná-los de forma mais ampla ao sistema político. Primeiramente, deve-se assinalar que o que se pode definir como a “política da autonomia” ganhou espaço em muitos movimentos sociais latino-americanos recentemente (DOMINGUES, 2007:7).

A participação direta é entendida como articulação de assembleias, piquetes, mutirões, ou seja, todas as formas cuja ação política esteja orientada para garantir a participação direta dos indivíduos em detrimento das formas representativas, como a da democracia parlamentar. A atuação política deve ser orientada conforme o processo revolucionário e o socialismo, vistos como única possibilidade de igualdade social e liberdade. É nesse sentido que vemos a crítica à política da chamada “esquerda eleitoral”, cuja prática conciliadora teria desmoralizado a idéia do socialismo. Os parlamentares e os governos que já defenderam a bandeira do socialismo são vistos por esses movimentos como aqueles que abandonaram essa perspectiva para se dedicar à implantação de programas sociais paliativos.

O movimento problematiza o processo eleitoral, acusando-o de ser uma “farsa”, um jogo de cartas marcadas, no qual o povo é obrigado a escolher em qual “político ladrão” irá votar para continuar sendo roubado. Verifica-se um certo saudosismo no debate de alguns grupos, que sempre se baseiam nas lutas dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, com destaque para o movimento sindical e estudantil. Segundo os ativistas, parte expressiva desses movimentos pela liberdade democrática enxergava o processo eleitoral como a possibilidade de se “acumular forças” para a realização das transformações sociais. Naquele momento, a eleição de parlamentares e governantes que tivessem estabelecido algum compromisso com os



Neamp

movimentos sociais era entendida pelos movimentos como um canal de diálogo com as instituições burguesas (Parlamento, Ministério, Poder Executivo, entre outras).

A multiplicidade de pontos de vista a respeito da campanha do voto nulo expressa a variedade de grupos sociais, que vão desde partidos políticos de esquerda, grupos de orientação anarquista e movimentos culturais, até grupos que atuam em função de questões ambientais. Nesse espectro ideológico, notou-se a presença de grupos que dão ênfase às práticas sociais e políticas de ação direta, ou seja, a crítica da representação política como forma de organização da vida social. Encontramos artigos postados no site que buscam analisar teoricamente o debate a respeito da institucionalidade.

A legislação eleitoral e a atuação dos comitês da campanha pelo voto nulo

Outro debate que ganhou presença significativa no site do CMI dizia respeito à legislação eleitoral que definiu as regras para a anulação das eleições, conforme observamos no artigo citado a seguir, intitulado “Brasil: guia do voto nulo”. Essa discussão apareceu muitas vezes ao longo do período eleitoral e, além de interpretações divergentes a respeito da legislação, verificou-se também que muitos usuários que acessavam o site demonstravam dúvidas sobre os possíveis desdobramentos caso ocorresse um amplo número de votos nulos:

“Afinal, para que serve um voto nulo? Votar nulo e em branco é a mesma coisa? Voto em branco beneficia algum candidato, e só voto nulo é protesto?” (CMI, 27/09/06)

Esse artigo postado diferencia o voto em branco do voto nulo, demonstrando que, nas eleições com urna eletrônica, quando o eleitor vota em branco aparece uma mensagem



Neamp

avisando-o, em seguida aparece uma mensagem informando-o que ele pode apertar a tecla CONFIRMA ou a tecla CORRIGE.

No caso do voto nulo, o procedimento é diferente. O voto é considerado nulo quando se digita um número de candidato que não está cadastrado nas eleições e a urna eletrônica identifica como erro; se o eleitor apertar a tecla CONFIRMA, terá seu voto anulado. Significa dizer que, no caso do voto em branco, o eleitor é informado que está votando em branco, mas, no caso do voto nulo, o eleitor é avisado que está realizando algum procedimento errado, o que, para os autores do artigo, é diferente de informar ao eleitor que ele está anulando o voto.

Nota-se o questionamento à forma como a urna eletrônica é organizada para não contemplar aqueles que querem votar nulo. Para os autores do artigo, por detrás de uma pergunta “aparentemente ingênua” torna-se possível abrir um longo debate em torno da legitimidade da democracia representativa. Sabe-se que no Brasil o debate em torno do voto facultativo poucas vezes ocupou a agenda de debates políticos do país.

Panfletos ensinando a votar nulo também circularam pelo site do CMI. O objetivo era responder a uma dúvida sempre presente no debate sobre o assunto: como se vota nulo na urna eletrônica, considerando que, no período em que as eleições eram realizadas com cédulas de papel, o voto era anulado quando se escrevia qualquer tipo de conteúdo que não estivesse relacionado ao nome, número e partido dos candidatos que estavam devidamente registrados nas eleições, conforme as regras estabelecidas pelas legislações eleitorais.

No período da redemocratização, setores da esquerda eram contrários ao voto facultativo por considerarem as eleições um espaço de disputa importante para discutir os projetos de sociedade aglutinados em torno dos partidos políticos, mas que também tinham ressonância em entidades da sociedade civil, como os sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais de diversas origens. Naquele momento, acreditava-se que somente através do voto era possível criar um amplo debate social capaz de discutir os projetos de transformação da sociedade.

Antes do primeiro turno, a campanha pelo voto nulo realizou diversas manifestações pelo país que foram comentadas no site do CMI. Segundo as informações extraídas de um artigo colocado no site em 06/09/2006 sobre um ato público da campanha pelo voto nulo, registrou-se a presença de 6.000 manifestantes nas ruas do centro da cidade de São Paulo.



Neamp

Uma das características mais destacadas no artigo foi a homenagem realizada ao “poeta libertário baiano” Raul Seixas. A figura de Raul Seixas e sua emblemática canção intitulada *Sociedade Alternativa* expressa a necessidade de construção de uma sociedade alternativa, converteram-se em uma espécie de hino da manifestação pelo voto nulo, várias vezes repetido pelos manifestantes.

Os comentários postados junto a esse artigo questionam o uso de verba da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) na organização da manifestação. O comentarista indica que os manifestantes deveriam fazer “trabalho de base”, em vez de gastarem dinheiro da Associação com manifestações desse tipo. Essa expressão, muito freqüente entre militantes da esquerda tradicional, demonstra um tipo de concepção de organização dos movimentos sociais. Pressupõe uma forma de organização do movimento social pautada em estruturas hierárquicas de tipo vertical, tais como os sindicatos, entidades estudantis e diversos movimentos sociais, que utilizam essa estrutura em sua organização social. Existe uma direção que articula a base dos movimentos, ou seja, que dá as diretrizes políticas.

Trata-se de um tipo de estrutura que foi superada pelos chamados novos movimentos sociais, que se pautam em torno da forma rizomática, horizontal, na qual não haveria espaço para a diferenciação entre direção e base do movimento social, justamente por não haver uma estrutura centralizada para a organização do movimento. As organizações que adotam estruturas rizomáticas têm como princípio o funcionamento em redes, cujos pontos de conexão não estão articulados à centralidade de um comando, oferecendo uma forma de poder descentralizada.

O manifesto “Pense, não vote!”

Havia também a divulgação de uma espécie de manifesto intitulado “Pense, não vote!”, que adota uma estrutura poética e inicia cada estrofe com a palavra *pense* seguida de questionamentos à situação econômica, social, política e ética presentes na política brasileira. Temas como a pobreza, o desemprego, as desigualdades sociais, o arrocho salarial, a falta de assistência hospitalar e o número de vagas nas escolas são associados às políticas governamentais que, segundo o artigo, favorecem os “banqueiros, milionários, latifundiários”,



Neamp

em detrimento dos pobres. Também aparecem muitas críticas relacionadas às denúncias de corrupção no governo Lula que foram amplamente veiculadas pelos meios de comunicação:

“A crise que acompanhamos pelos noticiários, principalmente nestes dois últimos anos, a descarada corrupção e roubo do dinheiro público, sanguessugas, cuecões recheados de dólares é somente a ponta do iceberg. Todas as nossas riquezas naturais e o fruto do nosso trabalho vão uma parte para os cofres destes parasitas e uma parte gigantesca para os cofres dos imperialistas, principalmente os Estados Unidos. **Pense, NÃO vote!** Por Liga Operária 20/09/2006 às 11:41” (CMI, 20/09/06)

O manifesto faz referência às eleições de forma bastante pejorativa e questiona o voto como exercício da cidadania e as eleições como momento de mudança:

“E de dois em dois anos é montado e remontado o picadeiro do circo eleitoral e o povo é chamado a ‘exercer cidadania’, sendo obrigado a votar nesta cambada de mentirosos e corruptos.

Eleição não muda nada!” (CMI, 20/09/06)

Na citação a seguir, nota-se que para os autores do manifesto não há diferença entre os candidatos e os partidos políticos, ou seja, nenhum dos postulantes à presidência expressava qualquer possibilidade de melhoria das condições de vida do povo brasileiro, justamente por se colocarem contrários aos interesses da população.

“Que diferença há entre os partidos e programas? Absolutamente nenhuma. O mesmo governo Lula das contra-reformas anti-trabalhistas, o mesmo governo Alckmin que massacra os pobres de São Paulo, atirando a esmo, afundado em uma crise que não tem fim, a mesma demagogia de Eloísa Helena, que não passa de um Lula de saias, do governo Aécio Neves, de obras cosméticas e propaganda enganosa, e todos os outros tantos que compõem a mesma ópera bufa do farsante jogo de cartas marcadas. Quem manda é o FMI.

Viva a Revolução Agrária!” (CMI, 20/09/06)



Neamp

A reforma agrária é vista como o primeiro passo para uma revolução verdadeiramente democrática, capaz de solucionar as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, os autores reiteram a crítica ao governo do presidente Lula:

“O lema do governo Lula é Brasil um país de todos, como se pudesse haver igualdade e parceria entre o latifundiário e o sem-terra, o trabalhador e o patrão, o especulador e o sem-teto, a periferia e os condomínios de luxo, o morador de favela e a polícia.” (CMI, 20/09/06)

Frente de Esquerda: contrários ou favoráveis ao voto nulo?

“A quem serve o voto nulo?”

Por OPINIÃO SOCIALISTA(CMI, 27/09/06)

O grupo Opinião Socialista entrou no debate a respeito do voto nulo com duas posições. Durante o primeiro turno, os integrantes afirmavam que votar nulo significava o fortalecimento da campanha de Lula, por ser o candidato mais bem colocado nas pesquisas cuja possível vitória no primeiro turno significaria força para implementar “seus planos de ataque à classe trabalhadora”.

A defesa do voto nulo era vista como posição ultra-esquerdista, cujo significado seria:

“um atraso na consciência coletiva dos trabalhadores: o rechaço a todo tipo de organização, a negação de toda política e de todos os partidos políticos, sem exceção” (CMI, 27/09/2006)



Neamp

Trata-se de um artigo que reforça a posição da Frente de Esquerda, composta pelo Partido Humanista (PH), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que apoiaram a candidatura da ex-senadora Heloisa Helena. É importante destacar que o debate presente é continuidade de uma espécie de acerto de contas com o Partido dos Trabalhadores, que já abrigou membros do PSOL e do PSTU, que foram expulsos ou que deixaram o PT por discordarem dos rumos adotados pelo partido.

No artigo, a Frente de Esquerda se coloca no processo eleitoral no sentido de:

“quebrar a falsa polarização entre os dois candidatos principais da burguesia. Dizer que ‘são todos iguais?’ é mentir aos trabalhadores e apostar na apatia e na desmoralização.” CMI, 27/09/2006)

Aqui há uma clara referência ao bipartidarismo que vem se repetindo nas eleições presidenciais desde 1994, primeiro confronto entre PT e PSDB que polarizou o processo eleitoral.

Os ativistas do voto nulo são vistos pela Frente de Esquerda como aqueles que não percebem a importância da “consciência de classe” e não dialogam com os trabalhadores. Portanto, não ajudariam no desenvolvimento da consciência necessária para as transformações sociais. O voto nulo significaria o abandono do “combate” às eleições burguesas e não contribuiria para a construção da “consciência da classe trabalhadora” na luta pela destruição do capitalismo.

No artigo está expressa a posição de um membro do PSTU que defende, com um discurso radicalizado, que a candidatura de Heloisa Helena representa uma alternativa para os trabalhadores:

“O PSTU, ao contrário, afirma de maneira categórica: há uma alternativa! Não é necessário nem inevitável que mais uma vez os trabalhadores votem nos patrões ou em burocratas traidores e degenerados. Há uma Frente de Esquerda, oposta aos dois principais campos burgueses e que se apresenta como uma alternativa. Há homens e



Neamp

mulheres, operários e funcionários públicos, bancários e estudantes que se apresentam como representantes daquilo que a classe trabalhadora em geral tem de melhor: sua capacidade de organização, sua valentia e sua teimosia em lutar.” (CMI, 27/09/2006)

Encontramos uma das posições políticas da campanha do voto nulo que se vincula aos setores dos partidos chamados de esquerda. Diferentemente dos anarquistas e de outros grupos de orientação libertária, que pregam o voto nulo por questionarem a representação política e o Estado, o PSTU encara as eleições como parte de um processo de desenvolvimento da consciência dos trabalhadores para a realização de uma revolução que implante o socialismo. Portanto, ocupar o parlamento “burguês” significa uma etapa necessária para esse processo de organização dos trabalhadores e de acumulação de forças necessárias para o processo revolucionário.

Crítica e defesa do governo Lula

Entre as críticas ao governo do presidente Lula, destaca-se a falta de política específica para o campo, tais como a proposta da reforma agrária e a da agricultura familiar. Em artigo intitulado “O agronegócio e o governo Lula”, há o questionamento ao agronegócio que, segundo o autor, serviria para manter os benefícios a setores da agricultura que não dedicam sua atividade ao desenvolvimento do país. A crítica é dirigida aos latifundiários que se dedicam às atividades produtivas que não beneficiam os trabalhadores rurais e que seriam os responsáveis pelo êxodo que vem expulsando as famílias do campo. Os latifundiários também são acusados de agredirem o meio ambiente com produtos químicos e devastação de áreas para o plantio de produtos para a exportação e também de não acabar com a fome do país.

Um dos aspectos destacados no artigo é a “falta de vontade política” do governo do presidente Lula implantar políticas de incentivo à produção agrícola. Essa expressão, muito comum nos debates entre os políticos, aparece frequentemente com o significado de que os governantes conhecem determinada realidade, mas efetivamente não desenvolvem nenhuma política específica para revertê-la.



Neamp

“E essa brava gente brasileira deixou o campo pelos mesmos motivos que persistem hoje, no Governo do Presidente Lula: Ausência de apoio político e projetos competentes para a Agricultura Familiar, falta de vontade política para fazer a Reforma Agrária, em que se pese toda a propaganda falaciosa que somos alvos diariamente pela comunicação do governo e pela mídia aderida e sem opinião própria (apenas interesses), como é a maior parte da mídia brasileira, totalmente subserviente aos interesses dos de cima. O agronegócio e o governo Lula. Por Trabalho rural 02/08/2006” (CMI, 02/08/2006)

Às vésperas do primeiro turno foi postado um artigo intitulado “Carta aberta ao povo brasileiro” declarando apoio à reeleição do presidente Lula. O título da carta faz referência ao manifesto publicado durante o primeiro turno das eleições de 2002. Esse manifesto é considerado por diversos analistas políticos como um dos responsáveis pela consolidação da candidatura de Lula e à abertura de diálogo com setores da sociedade que não eram próximos do programa de governo defendido por Lula, como, por exemplo, os setores empresariais e financeiros. O conteúdo da carta reforça a idéia de dois projetos políticos em disputa nas eleições, confirmando a tendência ao bipartidarismo que vem se repetindo nas últimas eleições presidenciais.

“Carta Aberta ao Povo Brasileiro

Estamos enviando essa 'Carta Aberta ao Povo Brasileiro' para declarar nosso apoio à Reeleição do Presidente Lula. Por Marcos Doniseti Vicente e Renato Lima, 27/09/2006 às 21:26” (CMI, 27/09/2006)

Os programas sociais também são citados como grande iniciativa do governo Lula para diminuir as desigualdades sociais do país. Nesse sentido, os autores destacam o Bolsa-Família e a melhoria efetiva nas condições de vida das famílias pobres do país; a criação do ProUni, que teria ampliado a participação dos estudantes carentes nas universidades particulares; o programa Luz para Todos, que teria ampliado a rede de energia elétrica para regiões do país que ainda não tinham acesso.



Neamp

Os comentários postados sobre o artigo criticaram a posição dos autores e afirmaram que a permanência de Lula na presidência significava aumento de emprego para os amigos do governo e mais corrupção.

Outro comentário simplesmente afirma:

“Lula é traidor

querreiro 28/09/2006 19:14

Lulla é o candidato hoje da direita nacional.” (CMI, 28/09/2006)

Para finalizar a análise é importante destacarmos que as novas tecnologias de informação e de comunicação exerceram um papel fundamental na campanha do voto nulo nas eleições presidenciais de 2006. Com a liberdade de comunicação que se estabelece por meio da internet, verificou-se um debate intenso em torno das questões mais polêmicas do processo eleitoral, abrindo a perspectiva para a campanha pelo voto nulo e trazendo para o debate pessoas que estavam à margem desse assunto.

O debate político, tanto nos artigos e notícias postados quanto nos respectivos comentários, expressa a radicalidade das críticas aos movimentos sociais e partidos políticos identificados com a chamada “esquerda tradicional”. É importante destacar que a Campanha pelo Voto Nulo ocorreu desde o primeiro turno das eleições e buscava demarcar uma posição contrária à obrigatoriedade do voto. Nesse sentido, os ativistas do site questionam o processo eleitoral em si, e não especificamente uma conjuntura política.

Essa diferenciação se faz necessária à medida que partidos como o PSTU, que no primeiro turno esteve coligado com o PSOL e apoiou a candidatura da ex-senadora Heloísa Helena à presidência da República, decidiram convocar o voto nulo no segundo turno, considerando que nenhum dos candidatos (Lula e Alckmin) representavam seus anseios de mudança a partir do processo eleitoral. Portanto, não criticavam as eleições ou a democracia representativa, apenas a composição de candidatos do segundo turno.



Neamp

Um dos debates mais presentes no site girou em torno da posição dos partidos no processo eleitoral e em relação às denúncias de corrupção no governo Lula. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores e, principalmente, a candidatura Lula, foram os maiores alvos de crítica daqueles que postaram suas opiniões no site.

A candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) também foi alvo de muitos questionamentos, mas é notável que a crítica mais severa foi dirigida aos setores de esquerda e de centro-esquerda. Portanto, o debate principal estabelecido entre os internautas manifesta um descontentamento com a forma como os setores da chamada “esquerda tradicional” pautam suas reivindicações.

Essa crítica às formas tradicionais de organização segue a tendência dos novos movimentos sociais, os chamados *altermundistas*, para os quais os processos de resistência devem se organizar enfrentando debates que estão na ordem do dia. E que não seriam debatidos com a radicalidade esperada pela esquerda tradicional, cuja atuação se coloca no âmbito de reformas que não alteram a essência do sistema capitalista.

Uma das críticas mais importantes está na forma de organização adotada pelos partidos de esquerda. A estrutura verticalizada é criticada pelos ativistas dos novos movimentos pelo fato de espelharem as formas organizativas próprias das instituições capitalistas. Os novos movimentos repudiam essa forma e se pautam pela horizontalidade, pela organização em rede, partindo do pressuposto de que essa seria a forma mais eficaz de estimular a participação direta dos indivíduos nos processos reivindicatórios, em detrimento das formas representativas adotadas pelos partidos no atual sistema democrático.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, R. ; BURGOS, Marcelo ; PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo . **Internet e Política: os blogs nas eleições presidenciais 2006**. In: 31º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2007, Caxambu. 31º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2007.

AZEVEDO, Fernando, **O agendamento da política** in: RUBIM, Antonio A C. (Org.) **Comunicação Política – Conceitos e Abordagens**, Salvador: EDIUFBA, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Internet e sociedade em rede**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.



Neamp

CHAIA, Vera, **Internet e eleições: os usos do Orkut nas eleições de 2006** in: LOGOS 27: Mídia e democracia. Ano 14, 2o. Semestre 2007.

DICTSON, D. e RAY, D. **A moderna revolução democrática – uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet**. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. **Internet e política - teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

Domingues, José Maurício. **Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades**. En publicacion: Análise de Conjuntura OPSA, no. 2. Análise de Conjuntura OPSA. 2007. Acesso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf>

EISENBERG, J. e CEPIK, M. (org). **Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

FORD, T. V. e Gil, G., **A Internet radical**, in Downing, J.D.H. – **Mídia radical – rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**, Senac Editora, São Paulo, 2002.

LANDTSHEER, C., KRASNOBOKA, N. e NEUNER, C. **La facilidad de utilización de las “web sites” de partidos políticos. Estudio de algunos países de Europa del este y Occidental**. Cuadernos de Información y Comunicación Ciberdemocracia. Madrid, Universidad Complutense, 2000.

LIMA, Venício de, **A Mídia nas eleições de 2006**, São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

MAIA, Rousiley e CASTRO, Maria Ceres P.S. (org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2006.

MANIN, Bernard, **As metamorfoses do goveno representativo**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 29, ano 10, outubro de 1995.

MORAES, Dênis de. **Mídia, tecnologia e poder**. Cadernos Griffó. Rio de Janeiro, (3): 9-32, 1995.

STEFFEN, César. **Espaços digitais e visibilidade política: algumas considerações sobre a Internet na campanha presidencial brasileira de 2002**.

Disponível: <http://bocc.ubi.pt/index.php3>. Acessado em 2003.

<http://www.centrodemidiaindependente.org>



Neamp

[1] Disponível no site, no *link* “Sobre o CMI”, que convida o leitor a conhecer seus princípios.

[2] Site criado no final dos anos 1990 por jornalistas e ativistas políticos com o formato de publicação aberta.

[3] Os movimentos anticapitalistas surgem a partir das mobilizações intitulada “Dias globais de ação anticapitalista” ocorridas em 1999 em diversas cidades da Europa e dos EUA. Posteriormente, em 2001, foi realizado no Brasil o primeiro Fórum Social Global que reuniu aproximadamente 20.000 participantes, de 117 países, com o objetivo de criar um processo reflexivo e organizativo entre os movimentos sociais contrários à ideologia da globalização neoliberal.

[4] A ação direta é uma forma adotada pelos ativistas dos novos movimentos sociais com a perspectiva de produzir efeitos imediatos. No geral, esses movimentos questionam as práticas políticas que buscam o estabelecimento de diálogo por meio de representantes. Trata-se, portanto, de potencializar a ação de cada indivíduo integrante da luta e de radicalizar o conflito existente.